



*Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade -*

Associada ao programa de mestrado Proletras-UPE-Garanhuns -

aos grupos de pesquisa ARGILEA e DISCENS

ISSN: 2236-1499 - registro na Crossref, d.o.i.: 10.13115/2236-1499

Número Especial 18b – 03/2016 – Com artigos, resumos e comunicações do CONEAB-2015

## **FICÇÃO EM TERRENO MINADO : A ÁFRICA DE NEI LOPES.**

Cláudio do Carmo Gonçalves (UNEB/UESC)

O escritor Nei Lopes assina uma obra, já vasta, situada entre a ficção, a composição musical, na qual se destaca com alguns dos grandes sucessos da música popular brasileira; e ensaios que refletem uma profunda e complexa pesquisa sobre a memória de raízes africanas no Brasil. Se esta mobilidade, acusada num trânsito instigante deixa à mostra uma certa afetividade aparentemente restrita à subjetividade do artista, podemos também matizar, de maneira não tão nítida, uma relação política, sobretudo quando transfigurada em resistência que perpassa a sua obra. Assim, este trabalho investirá na análise da relação entre memória e política, tendo como pano de fundo o texto literário de Nei Lopes, notadamente o romance “Rio negro, 50”. Neste sentido, essa investigação se inclina a apontar a memória política atuando nas complexas relações que envolvem a memória e a identidade, e por conseguinte, como uma parcela da comunidade negra, de origem africana, estabeleceu uma resistência velada à dominação cultural ocidental de características acentuadamente colonizadora. Para além dos guetos e marginais estereotipados da cultura negra, especialmente situados no Rio de Janeiro da década de 1950, a obra ilumina uma certa intelectualidade que faz contraponto a este estereótipo ao dimensionar a construção de uma identidade que nasce da memória de ancestralidade comum e, ao mesmo tempo, é capital para resistência frente a grupos dominantes.

A discussão se instala a partir de um contraponto teórico que se faz necessário pontuar, que é a noção de literatura negra ou afro-descendente no Brasil que legitimaria os estudos de inserção da narrativa e/ou do autor. O próprio conceito de África surge como uma primeira pergunta que deve ser respondida e neste sentido é clara a remissão à representação geográfica e política que o continente africano estabelece com suas fronteiras, nações e culturas, muitas vezes sobrepostas, o que acarreta entre outros problemas, conflitos de natureza étnico-racial e cultural, além, obviamente, de conflitos territoriais. Essa África mapeada politicamente com suas culturas tão iguais e tão diferentes, transcende o território numa espécie de abstração imaginária que alcança outras culturas fora do alcance geográfico e alimentando um simbólico de dimensões inimagináveis.

É certo que a temática de fundo racial reitera as discussões no universo dos países africanos, sobretudo na África negra; sim pois há uma África branca, notadamente ao norte do continente, que sintomaticamente, se apressa na aproximação com o Ásia ou oriente médio. Pois bem, essa África negra, e aqui vou me dedicar especificamente, à matriz de língua portuguesa, ou seja, países que foram colonizados pela Metrópole europeia, Portugal, tem em comum além da língua predominante ( não pacífica), a portuguesa; uma série de outros

aspectos que de algum modo podem ser abordados no sentido de refletir uma possível identidade, ou noção de semelhança que relacionam entre si estes países, tais como a pele negra, o comportamento social e aspectos políticos que, em linhas gerais se inserem em cultura.

Sabe-se que a organização de um processo identitário pela língua é silencioso mas altamente eficaz, já que se utiliza de um mecanismo simbólico extremamente poderoso, por sua aparente naturalidade. Com efeito, o mecanismo na feliz acepção de BARTHES (1978) é chamado de império da língua, e que demonstra bem como a língua age de forma mascarada no processo de dominação. Desta forma, a utilização da língua serve como esse mecanismo de império, ao mesmo tempo que a consciência deste poder por parte de grupos supostamente dominados, leva a uma consciência de resistência, como um desafio a essa maneira como foi forjada a cultura, especialmente a linguística, essa a melhor palavra, já que fruto de uma arbitrária colonização encontrou resistências de toda ordem, culminando com o incômodo de línguas nativas conviverem concomitante à língua oficial portuguesa e, em certas regiões, serem inclusive mais frequentes.

Os países africanos de matriz portuguesa, aqueles que tiveram origem linguística social e histórica através da colonização de Portugal, são cinco, e todos situam-se num raio geográfico do nordeste do continente africano, a África subsaariana<sup>1</sup>, para o sul e sudoeste. Assim, esta África portuguesa, é negra por excelência e parte daí toda a reflexão sobre como se dá seu processo identitário.

Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo verde, parecem ter pouco em comum, a não ser o fato da origem portuguesa e de estarem situados no mesmo continente, daí a tendência mais forte nos estudos recentes, de distinguir as pesquisas que investigam os fenômenos socioculturais e políticos que enraízam os fatos históricos a que estão relacionados. Mas aqui, me permito contrariar a infundada tendência, e pontuar o que os une, como países, nações e sociedades que comungam de um mesmo espírito original e que reverberam como constante simbólica os limites da África negra.

A partir de uma origem que não se distingue muito, quanto ao processo de colonização, os países lusófonos de África são fruto da expansão marítima portuguesa nos séculos XV e XVI, o que explica em grande parte seus desenvolvimentos de anatomia particular mais semelhantes entre si. Essa semelhança passa por uma história social de colonização e de condições adversas que em muito contribui para uma psicologia nacional. Não obstante, os fatores que desequilibram uma identidade africana são muitos e devem ser considerados, mormente se atentarmos para o conceito de identidade, conforme assinala POLLAK (2002, p.208):

Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.

A identidade, então, é fundada a partir do outro, seja por uma autorização, seja por uma negociação tácita, que muitas vezes obedece apenas a um rito, cujos resultados são previsíveis.

---

<sup>1</sup> Refere-se a todo o continente africano situado abaixo do deserto do Saara, com seus cerca de 9.000.000 km<sup>2</sup> (nove milhões de Km<sup>2</sup>) o que acaba por distinguir uma barreira natural entre um continente negro, ao sul, abaixo do Saara, e um continente branco, ao norte, acima do Saara, cujas características socioculturais o aproximam do oriente médio.

Se a própria identidade africana se mostra fraturada como vimos, supõe-se que seu acondicionamento como uma recepção simbólica envolva problemas de tal ordem. E é esta a tônica que passamos a observar na literatura oriunda da matriz africana expressa fora do continente africano, especialmente no Brasil.

Em termos ficcionais, Maria Firmina dos Reis, em 1859, em São Luis do Maranhão, publica o primeiro romance de matriz africana no Brasil, já no sentido da crítica, o estudo pioneiro se deve ao sociólogo francês Roger Bastide, cujos trabalhos relacionados à cultura negra são notórios, dentre estes “A poesia negra no Brasil”, publicado em 1943, que aponta para a primeira sistematização ao instaurar um pensamento vinculado às experiências da cultura negra no país. As duas publicações têm em comum, além do pioneirismo apontado, uma perspectiva de mapear o universo dessa literatura produzida no Brasil. E eis a primeira noção que deve ser destacada. Ao falarmos de literatura negra ou afro-descendente quais critérios estarão sendo considerados nesta expressão conceitual. Eduardo de Assis DUARTE (2011), fazendo referência a Otávio Iani, para quem “o negro é o tema principal da literatura negra” destaca que tais critérios são constituídos por um elenco de fatores, tais como o tema, visto que a literatura negra apreende um movimento temático amplo em que o negro e suas especificidades é a base. Mas não se restringe ao tema, pois neste contexto há de se considerar também a autoria marcada pela escrita proveniente de autores afro-descendentes; o ponto de vista que registra o lugar de enunciação do sujeito, de onde se fala, ou seja, sugere que haja uma visão de mundo, uma identificação com a história e a cultura. Pode-se ainda arrolar dois tópicos que auxiliam nesta construção da noção literária afro-descendente: a linguagem que acena para uma dicção própria no modo peculiar de lidar com o universo afro; e por fim um público leitor apto a consumir esta literatura de herança africana transfigurada pelas condições locais do Brasil. Numa leitura abrangente destes tópicos parece óbvio que isoladamente eles se precarizam, nenhum deles se basta enquanto categorias que possam identificar ou definir uma literatura negra ou afro-descendente. A possibilidade mais apreciada estaria na interação, no conjunto destes elementos, mesmo assim parece nítido que alguns destes tópicos são problemáticos do ponto de vista conceitual, vejamos: uma literatura de temática negra inclui, mas sua abrangência é tamanha que ela pode se desfigurar ao se distanciar sobremaneira da proposta que a originou. A autoria exclui, pois restringe-se aos herdeiros objetivamente afros. De outro modo, a autoria negra supõe um autor negro. Mas mesmo este autor parece sofrer restrições, já que precisa estar identificado com as causas e universo negro, numa clara atitude política. Aí temos uma contradição, já que exige-se uma postura interessada ao mesmo tempo que não se considera o caráter político do próprio corpo. Sim, pois um corpo negro fala por si, ele detém a discursividade.

O romance “Rio negro, 50”, de Nei Lopes, passa a limpo algumas dessas questões ao tematizar de maneira singular o universo negro da década de 1950, um período marcado pela expansão desenvolvimentista do país, que se queria moderno, em termos concretos e ambicionava esta mesma construção em termos simbólicos, seja na música (a bossa nova é expressão dessa ambição), nas artes plásticas e mesmo na literatura (a poesia concreta exerce a mesma expressão). Passa a limpo quando atenta para o universo que ficava de fora deste processo, cujos sintomas de um cânone literário produzia efeitos de exclusão velada, já que alimentava-se a cultura da democracia racial.

É neste cenário que a trama se desenvolve, com forte dicção histórica, traz à tona a África, fincando-a num espaço de manobras do Rio de Janeiro, nas imediações da Cinelândia; o “Café e Bar Rio Negro”, de clara ironia ao Rio Branco, o barão, precursor da diplomacia nacional e um dos orgulhos intelectuais do país. Há ainda o “Bar-Restaurante Abará”, cujo nome guarda em si as origens africanas. Saliente-se que as referências africanas constantes na narrativa, muitas vezes são seguidas de explicações típicas de uma pesquisa acadêmica, ora

na voz de um narrador em terceira pessoa que conhece a todos e amplia seu horizonte de observação ao não só registrar os fatos, mas tecer comentários às vezes sutis às vezes irônicos, mas sempre num nítido posicionamento do lugar em que fala, do ponto de vista: “Do outro lado da Avenida, a uns poucos duzentos ou trezentos metros do Rio Negro, fervilha o Abará, maldosamente apelidado de Café e bar Colored, com o eufemismo usado para designar os moreninhos.” (LOPES, 2014, p. 45); ora também estes comentários se dão através de personagens, muitos, numa galeria enorme que envolve indivíduos puramente ficcionais e outros tantos históricos que marcaram a intelectualidade negra no país, e são agrupados em torno do espaço do Bar, qual são os casos do dramaturgo e teatrólogo Abdias do Nascimento, sociólogo Guerreiro Ramos, do folclorista Edson Carneiro, dos músicos Pixinguinha, Donga Paulo Moura e Jonny Alf, que estabelecem uma relação orgânica com aquilo que se fala, como é o caso deste trecho preconizado por Edson Carneiro: “Na África, entre o povo nagô, chama abalá; e é um bolinho de arroz. E acará é de feijão. Daí, veio o acarajé. Que é frito, e não cozido.” (LOPES, 2014, p.50)

O tom explicativo, algo de doutoral, adquire relevância quando se observa que o narrador se embrenha pela trama através de estratégias ficcionais que lhe permite estar na voz dos intelectuais que frequentam o Café-bar Rio Negro ou o Restaurante Abará, e desta forma emitir opiniões e posições que reforçam o tom identitário no interior de um grupo negro que se aproxima não como uma comunidade, já que como vimos esta identidade africana é fraturada em plena África, mas com um sentimento de solidariedade e ancestralidade que termina por lhes unir em certo afeto ou identificação. Para tanto, este narrador se move entre o conhecimento escolar e a memória de pertencimento. Com uma marca configurada em resistência ao contrapor-se à história oficial, seja através dos intelectuais negros que destilam seus conhecimentos, seja através de anônimos, que ganham relevância na narrativa ao emprestarem força através da oralidade e da experiência genuína daí decorrente, os personagens são instigados a tecer comentários e descrições que guardam muito da memória africana, revelando uma ligação espiritual dominante.

Quem me chamou a atenção pra isso foi uma patroa que eu tive, uma grande artista, muito culta. Chamava-se Etiópia de Oliveira Houston; porque era filha de uma família amulatada, mas era casada com um maestro e compositor americano. Era cantora lírica, de ópera, mas a especialidade era folk-lorr... Isa não fala folclore, como todo mundo. Ela diz folk lorr, separando os elementos da palavra e metendo no fim um erre vibrante. (LOPES, 2014, p.54)

O passado em comum de uma experiência africana de açoite e percalços coloniais parece emergir no início da trama, quando um grande mal-entendido é narrado. Trata-se do dia seguinte à decantada derrota do Brasil para o Uruguai em pleno maracanã na Copa do mundo de futebol em 1950. É manhã de 17 de julho e um jovem negro salta do trem da Central do Brasil, quando é confundido com o jogador Bigode, da seleção brasileira, perseguido por populares e depois de xingamentos e pontapés, o rapaz é linchado.

Espera uns dez minutos; até que o trem encosta e abre as portas, com o chiado característico. Entra sem dificuldade, pois já é de tarde. Procura um canto e senta, encolhido pra esconder a ressaca e a tristeza. Mas os olhares estão no trem também. (...) - Mete-lhe a ripa! – Toma, seu puto caga-leite! pra não levantar mais! –na cabeça, não ! na cabeça não! Na cabeça sim! Pra deixar de ser besta! Toma! Que que é isso gente? Vocês vão matar o homem! – É pra matar mesmo! Segura essa, seu merda! (LOPES, 2014, p.15-17)

A cena impressiona e guarda a marca de um grande equívoco. Um homem negro que é confundido com o jogador de futebol, de uma seleção de maioria negra, que cometeu o grande erro de perder a final de uma copa do mundo. Para além da ruína social exposta, a descrição

traz à mostra certo desconforto e se insere de maneira pontual numa deformação social que tem origens em uma mentalidade e ideologia de raízes colonizadora, como na observação de Moema Parente AUGEL (1997, p.183):

Estreitamente ligadas à estratificação social, mas não idênticas a ela, estão no Brasil a questão racial e a procura por parte da população não branca tanto de sua identidade cultural como da ampliação dos seus espaços de ação, numa sociedade norteada pela ideologia do branqueamento e ainda deformada com resquícios da mentalidade colonialista e dominadora.

Assim, nas mesas dos fictícios Cafés da Cinelândia passam todos os tipos de personagens e problemas cotidianos, desde a falta d'água, a crescente especulação imobiliária, os trens que como navios negreiros, “carregam gente como se fosse boi pro matadouro” e também o preconceito racial, que gera uma discussão atravessada em vários períodos da narrativa. Alguns concordam que há racismo no Brasil, outros não tem tanta convicção, mas o fato é que o linchamento da Central demonstra nitidamente a anulação de qualquer clima amistoso que encubra uma democracia racial, favorecendo o argumento de que a abolição da escravatura foi incapaz de inserir o negro na sociedade: “Abolição de fachada! Onde já se viu libertação sem condição econômica, sem previdência?”. Há quem acredite que a ausência de leis segregacionistas, como nos Estados Unidos, de onde chegam as primeiras notícias sobre Rosa Parks e o movimento pelos direitos civis, possa ser um indício de uma outra realidade no Brasil, que dispensaria tais medidas, ao mesmo tempo que os frequentadores do Café Rio Negro reclamam das esquetes de humor e piadas racistas veiculadas pela Rádio Nacional, a grande mídia da época: “E você já reparou que, no rádio, artista preto dificilmente tem nome? Não tem nome, é só apelido: Blecaute, Caboré, Chocolate, Jamelão, Gasolina, Pato Preto, Risadinha...”. (LOPES, 2014, p.43)

Em linhas gerais, a África de Nei Lopes completa uma trilogia iniciada com o romance “Mandingas da mulata velha na cidade nova” ; e a “A lua triste descamba” que tem no protagonismo negro sua razão. O que parece evidente é que tais obras e notadamente este “Rio Negro, 50” representam uma resistência ao discurso dominante que faz com que o negro, ou afro-descendente esteja sempre em plano secundário, daí a atualidade de uma narrativa que passada nos anos de 1950 traz a memória daquele tempo, mas pontuando sempre a atualização das condições que não se alteram, assim como uma África fora da África. O terreno minado permanece na cultura e sociedade brasileira e é através de narrativas como “Rio negro, 50” que se pode desarmar as minas de preconceito e discriminação que insistem.

## REFERÊNCIAS

- AUGEL, Moema Parente. *A imagem da África na poesia afro-brasileira contemporânea*. Salvador: Revista Afro-Ásia, n° 19/20, 1997, p.183-199
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: ed.Cultrix, 1978.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: *Literatura e afro-descendência no Brasil: antologia crítica*. v. 4. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura afro brasileira: um conceito em construção*. Brasília, Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n°31, 2008, p.11-23.
- LOPES, Nei. *Rio negro, 50*. Rio de Janeiro: editora Record, 2015.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Revista Estudos históricos, Rio de Janeiro: V. 5 n° 10, 1992, p. 200-212.